



C Â M A R A M U N I C I P A L D E S I N E S

CONTRATO

N.º 48/2019

“AQUISIÇÃO DE CONSUMÍVEIS DE INFORMÁTICA”

Aos 22 dias do mês de maio do ano de dois mil e dezanove, no Edifício dos Paços do Concelho em Sines, foi celebrado o seguinte contrato de fornecimento; -----

Entre: -----

Município de Sines, pessoa coletiva de direito público número 502 563 010, com sede no Largo Ramos da Costa, 7520-159 Sines, representado neste ato pelo Exmo. Sr. **Fernando Miguel Ramos**, na qualidade de Vice-Presidente da Câmara Municipal de Sines, no uso de competência delegada por despacho do Sr. Presidente datado de 1/11/2018, no âmbito das suas competências conferidas pela alínea f) do nº 2 do artigo 35º da lei nº 75/2013, de 12.09, como **primeiro outorgante**; -----

e, -----

PRN - Informática, Lda, com o número de identificação fiscal 504 100327, com sede em Paredes, neste ato representado pelo senhor José António Martins da Silva, na qualidade de representante legal, qualidade e poderes confirmados pela consulta da certidão permanente com o código de acesso número 5231-1558-4659, subscrita a 15/01/2019 e válida até 15/01/2020, por procuração, como **segundo outorgante**; -----

É ajustado de boa fé o presente contrato, conforme despacho de adjudicação e de aprovação da respetiva minuta, datado de 20/05//2019, que se rege pelas seguintes cláusulas: -----



C Â M A R A M U N I C I P A L D E S I N E S

PRIMEIRA

Objeto

O presente fornecimento tem por objeto a **"Aquisição de Consumíveis de Informática"**, nos termos definidos no Caderno de Encargos que serviram de base à consulta prévia, Processo n.º 2019/300.10.005/217, bem como na proposta do Segundo Outorgante, que fazem parte integrante do presente contrato. -----

SEGUNDA

Preço Contratual

Pelo fornecimento, o Primeiro Outorgante obriga-se a pagar ao Segundo Outorgante o preço de 3 209,50 (Três mil, duzentos e nove euros e cinquenta cêntimos). A este valor acresce o IVA, à taxa de 23%, no valor de 738,19 € (Setecentos e trinta e oito euros e dezanove cêntimos), o que perfaz o valor global de 3 947,69 € (Três mil, novecentos e quarenta e sete euros e sessenta e nove cêntimos). -----

-Os valores mencionados anteriormente reportam-se ao preço para a execução de todas as prestações que constituem o objeto do presente contrato, e inclui todos os custos, encargos e responsabilidades que não estejam expressamente atribuídas ao Primeiro Outorgante. -----

TERCEIRA

Prazo de Execução do Contrato

O prazo de execução será até dia 31 de dezembro de 2019, contados a partir da data de assinatura do contrato, ou até que seja atingido o valor da faturação igual ao valor do contrato se tal ocorrer antes do seu termo, e até ao cumprimento integral das obrigações emergentes do presente contrato. -----

QUARTA

Prestação de Caução

Encontra-se dispensada a prestação de caução. -----



C Â M A R A M U N I C I P A L D E S I N E S

QUINTA

Condições de Pagamento

As quantias devidas pelo Primeiro Outorgante serão pagas no prazo de 60 dias após a entrega das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva e devem ser acompanhadas de todos os elementos descritivos e justificativos que permitam a sua conferência. -----

Caso as faturas apresentadas não sejam validadas pelo Primeiro Outorgante porque desconformes com o contrato, este comunicará tal decisão ao Segundo Outorgante, que deverá apresentar outras em sua substituição, devidamente corrigidas. -----

As faturas serão pagas preferencialmente por transferência bancária, devendo na faturação ser indicado o respetivo IBAN. -----

SEXTA

Gestor do Contrato

1. Para efeitos do disposto no artigo 290.º - A do Código dos Contratos Públicos é designada como gestora do contrato: -----

Nome: Lucinda Gonçalves, na qualidade de Técnica de Informática; -----

Telefone Fixo: 269 630 630; -----

Email: lucinda@mun-sines.pt; -----

2. Caso ocorra circunstância superveniente que imponha a alteração do gestor do contrato a mesma será comunicada ao Segundo Outorgante, no prazo de 10 dias, por via postal registada com aviso de receção a qual será junta ao contrato; -----

3. O segundo Outorgante poderá manifestar-se quanto à designação referida no número anterior, sob a mesma formalidade que a da comunicação da designação, no prazo de 10 dias após o recebimento da notificação, que será apreciada em igual prazo e devidamente comunicada. -----



C Â M A R A M U N I C I P A L D E S I N E S

SÉTIMA

Prevalência

Fazem parte integrante deste contrato e cujo teor se dá por reproduzido: -----

- a) Caderno de Encargos; -----
- b) A proposta adjudicada; -----

Em caso de divergência entre os documentos referidos anteriormente, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados. -----

OITAVA

Cabimento/ Compromisso

A despesa resultante deste contrato encontra-se inscrita no orçamento em vigor, com a classificação orçamental 02/020108, cabimento n.º 1320 e compromisso n.º 18531. –

NONA

Foro Competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja, com expressa renúncia a qualquer outro. -----

DÉCIMA

Disposições Finais

No aqui omissos aplicam-se as disposições contidas no Código dos Contratos Públicos, Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29.01, na sua atual redação e demais legislações aplicáveis ao objeto do contrato. -----

Este contrato não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos do preceituado no artigo 48.º da Lei n.º 98/97, de 26.08, na sua atual redação, conjugado com o artigo 164.º da Lei 114/2017, de 29 de dezembro. -----

Nos termos do artigo 127.º do Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29.01, na sua atual redação, vai ser dada publicidade desta contratualização no portal da internet dedicado aos contratos públicos: www.base.gov.pt, advertindo-se as partes que esta



C Â M A R A M U N I C I P A L D E S I N E S

publicitação é condição de eficácia do contrato. -----

Arquivam-se os seguintes documentos, válidos à data do contrato: -----

- Comprovativo de que a situação contributiva se encontra regularizada perante a Segurança Social – Declaração Emitida pela Segurança Social Direta a 11/03/2019 e válida por quatro meses. -----

- Comprovativo da situação tributária regularizada – Certidão emitida pelo Serviço de Finanças de Paredes, a 11/03/2019, com validade de três meses. -----

O contrato encontra-se em conformidade e vai ser assinado pelos intervenientes. -----

Feito em duplicado, a 22 de maio de 2019.

O Primeiro Outorgante

Fernando Miguel Ramos

O Segundo Outorgante

José António Martins da Silva



PRN

Informatica. Lda

Av. Bombeiros Voluntarios, 464 | Apt. 90
4585-359 Rebordosa | Portugal

